

O Amazonas e a Integração Sub-Regional - I

Nilson Pimentel (*)

13/1/2017

No Amazonas os tempos de incerteza só aumentam a cada dia como uma surpresa anunciada onde a sociedade atônita ainda não sabe quando isso pode terminar e o que esperar do futuro com esse estado de coisas que acontecem por aqui.

Talvez a prenuncia de mais quatro anos perdidos no vazio das ações do governo estadual e que somente um ato providencial para minorar essa situação de dificuldades sociais e econômicas que o Amazonas se encontra. E, o que é mais sério, consequências graves poderão advir em um futuro sem perspectivas de desenvolvimento regional, dificuldades de emprego, o dinheiro muito escasso, a economia do Polo Industrial de Manaus (PIM) em declínio, o encolhimento dessas atividades econômicas dinâmicas e a falta de qualificação da mão de obra tipifica um ciclo de encolhimento econômico desse que é o único Polo de Desenvolvimento Econômico Regional do Amazonas.

Ressalte-se que a ausência de governança pública que oriente a administração pública estadual voltada para um modelo de Gespública ainda está longe de se vê nesse Amazonas de incertezas.

Somente para ilustrar o descaso público, a falta de comprometimento da autoridade governamental com o desenvolvimento econômico regional e com o futuro das gerações de amazonenses, em algum tempo passado o Estado do Amazonas contratou a *Monitor Company Group LP*, consultoria fundada em 1983 por Michael Porter, para estudar as potencialidades do Amazonas que pudessem ser exploradas em um modelo mix de Turismo.

Nessa época, como servidor público estadual cheio de ideais, otimismo num futuro promissor, com vontade motivadora de realizar algo no desenvolvimento econômico regional, que nos libertasse da dependência econômica do PIM, se começou trocar informações, dados e indicativos para que os consultores da *Monitor* comessem os trabalhos de levantamento, pesquisas, viagens a determinados Municípios, elaboração de diagnósticos e relatórios etc.

No entanto, nesses diálogos que mantivemos, sentimos algumas desconstruções de nosso ufanismo amazonense, pois para aqueles consultores algumas potencialidades que o Amazonas possui, também são encontradas em outras regiões e muito melhor exploradas economicamente sustentáveis do que aqui as são, com exceção da 'máquina ambiental' que a representa a floresta, um pouco diferente do que pensam algumas pessoas do Amazonas.

Para que a cidade de Manaus possa ser um *Locus of tourist attraction*, precisa melhorar muito e que o Estado do Amazonas ainda não possui nenhum *Tourist product of economic molds*, mas detém alguns importantes vetores de oportunidades de investimentos que possibilitem transformá-los em atrações, como a pesca esportiva, o turismo de aventuras, turismo fotográfico, turismo de contemplação natural, aventuras de trilhas, aventuras noturnas dos sons da floresta, festas folclóricas e culturais regionais etc, etc, etc ... e até sua gastronomia regional.

Concretamente, a *Monitor Group* deixou um belo trabalho ao Governo estadual, mas sem nenhum aproveitamento por sua parte, foi direto para a gaveta do esquecimento.

Essa mesma *Monitor Group*, nessa época também realizou um trabalho para o Governo da Bahia, transformando-a nesse portal de turismo que conhecemos hoje.

Isso para dizer que Manaus, com esses bárbaros acontecimentos como resultantes da ausência de governança pública, ficou bem conhecida mundialmente, e não como um destino turístico como alguns políticos alardeiam que seja, mas com fama negativa.

Nesse momento de crise que afeta a todos, notadamente as atividades econômicas industriais e comerciais, a adoção de políticas públicas que normatizam instrumentos primordiais às ações de desenvolvimento econômico regional devem refletir as condicionantes que se coadunem ao estado d'arte que o momento econômico, tecnológico e inovativo marcam a situação que doravante levam o deslocamento das curvas econômicas de produção e do consumo decrescentes e que tendem a se estabelecer.

Haja vista, no momento as resultantes econômicas ainda são incipientes como indicativo de uma retomada do crescimento econômico, como o índice de inflação que fechou 2016 em 6,29%, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) que apontou a inflação oficial no Brasil ficando dentro do teto da meta estipulada pelo Banco Central (BACEN).

Assim como, a taxa SELIC (taxa prime de juros da econômica brasileira) abre 2017 em 13,75%, com a projeção de mercado com viés de queda de 0,75% para a primeira reunião do COPOM – Comitê de Política Monetária do BACEN (11/01/2017) passando para 13%, como reflexo negativo das atividades econômicas do Brasil, uma vez que dados analisados por econometria apontam essa tendência de antecipar Política Monetária mais expansionista em janeiro, de modo a induzir uma possível retomada do crescimento. E taxa cambial que está colocada em uma projeção de mercado, como tendência para R\$ 3,25 nesse início de ano.

Visto somente esses três índices macroeconômicos se vê que ainda não há perspectivas favores às alterações significativas em uma política pública tão consistente às atividades industriais do PIM como a Legislação dos Incentivos Fiscais do ICMS do governo do Amazonas, além do mais a falta geral de credibilidade no atual agente governo que ora perdura.

Lançando o foco por sobre esse cenário, a visão tradicionalista da “política regional trabalha por vontade politiquera daquele que governa, como se fosse ornado de todo conhecimento de como desenvolver a região, faz valer sua vontade desconectada da realidade econômica que vigora nos espaços territoriais dos Municípios do estado”, pois fazer o desenvolvimento econômico regional independe somente da vontade, mas dos conhecimentos científicos e técnicos e das experiências vivenciadas e/ou apreendidas nos segmentos que se quer induzir o desenvolvimento.

Essas formas tradicionais não mais darão resultados quando se trata de redistribuir investimentos e renda nessa vasta região do estado amazonense, enquanto se observa que as forças de mercado e a mobilidade dos fatores produtivos permitem alocação mais adequada dos recursos escassos, bem como promover os ajustes necessários e possíveis economicamente, buscando suplantando obstáculos e permitir que se favoreça o crescimento de oportunidades em que vigore os fluxos econômicos da produção excedente, de capitais e do trabalho intra sub-regionais.

Por outro lado, a realidade econômica de estagnação que se encontram os Municípios do Amazonas, aponta para a intertemporalidade e de irreversibilidade no caminho do desenvolvimento econômico regional, se não houver efetiva atuação dos novos prefeitos e de políticas públicas do governo estadual, voltadas a essa finalidade precípua.

Faz-se lembrar de que em Economia, o passado influencia o presente que pressiona o futuro, onde as condicionantes anteriores não mais coincidem com as propriedades dos tempos atuais, de forma que não mais se recuperará o tempo que passou.

Atualmente, a forma de atuar para alavancar a economia municipal deverá ser focada no esforço da governança local regional, que levem a outras instâncias de parcerias de modo a descobrir fontes de financiar o desenvolvimento econômico regional local, sem tentar reproduzir o que se fez em passado recente.

Esse novo papel dos governantes municipais recém-empossados devem buscar outras formas de possibilidades de alavancar o desenvolvimento regional local, na tentativa de recuperar uma razoável capacidade de investimentos, melhorar a infraestrutura de serviços municipais, criar possibilidades de efeito virtuoso sobre o emprego local, meios mais adequados à produção com aproveitamento dos fatores de produção local (endógeno) e que suscite atração de novos parceiros para projetos de desenvolvimento econômico local.

(*) Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutor em Economia, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.